



ESTADO DA PARAÍBA

VETO TOTAL
168/2021

Visto para os devidos fins, que este
DOCUMENTO foi publicado no D.O.E
Data 28/10/2021
Cristina Júlia Sá
Secretaria Executiva de Registro de Atos
Legislativos da Casa Civil do Governador

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 65 da Constituição Estadual, por considerar inconstitucional, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei nº 796/2019, que Altera dispositivos da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009, que autoriza o afastamento de servidora pública que possua filho (a) portador(a) de deficiência e dá outras providências.

RAZÕES DO VETO

O Projeto de Lei, ora analisado, autoriza o afastamento de servidores públicos que sejam genitores de filho (a) portador (a) de deficiência que o (a) torne incapaz, e que esteja sobre a guarda dos primeiros, terão carga horária de trabalho reduzida em 50% (cinquenta por cento), sem prejuízo nos seus vencimentos ou perda de gratificações.

Tem-se que o projeto de lei nº 796/2019 está ampliando significativamente o rol dos possíveis beneficiários da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009.

Pela citada lei, o benefício é concedido para “A servidora pública que tenha filho (a) portador (a) de deficiência, que esteja sobre sua guarda, e cuja deficiência o torne incapaz” (art. 1º). Já o projeto de lei nº 796/2019 amplia para “Os servidores públicos que sejam genitores, detentores da guarda ou responsáveis por pessoa com deficiência que lhe torne incapaz”.

Instada a se manifestar, a Secretaria de Estado da Administração (SEAD), por meio do parecer nº 297/2021 proferido nos autos do processo nº SAD-CAP-2021/01217, opinou pelo veto.



ESTADO DA PARAÍBA

Consoante com o citado parecer da SEAD, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, é necessário destacar que a constitucionalidade do tema encontra-se pendente de discussão, conforme notícia colhida do sítio eletrônico da Corte:

O Supremo Tribunal Federal (STF) **vai decidir se é possível a redução da jornada de trabalho do servidor público que tenha filho ou dependente com deficiência.** A matéria será discutida no Recurso Extraordinário (RE) 1237867, que teve repercussão geral reconhecida pelo Plenário Virtual (Tema 1097). O recurso foi interposto por uma servidora pública estadual contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) que negou a ela o direito de ter sua jornada de trabalho reduzida em 50%, sem necessidade de compensação ou prejuízo de seus vencimentos, para que pudesse se dedicar aos cuidados da filha com necessidades especiais.”
(<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=449698&ori=1>, acesso em 19/04/2021, 09:57)).
Grifei.

Embora veja bons propósitos na iniciativa parlamentar, o múnus de gestor público me impele ao veto.

A temática tratada no projeto de lei nº 796/2019 tem relação direta com o regime jurídico de servidor público. Diante disso, a iniciativa de projeto de lei é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o artigo 63, § 1º, inciso II, alínea “c”, da Constituição Estadual. Vejamos:

“Art. 63. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
§ 1º São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:
(...)
II - disponham sobre:
(...)
c) servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade.”



ESTADO DA PARAÍBA

Deste modo, observa-se que a propositura de iniciativa parlamentar que pretende restringir o direito do Estado de dispor sobre os seus servidores públicos, relativamente à carga horária de trabalho, se mostra inconstitucional, conforme o artigo supramencionado da Constituição Estadual, pois extrapola os limites legislativos, tratando-se, portanto, de matéria afeta ao princípio da reserva legal qualificada.

EMENTA DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGISLAÇÃO ESTADUAL PAULISTA DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE TRATA SOBRE A VEDAÇÃO DE ASSÉDIO MORAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, INDIRETA E FUNDAÇÕES PÚBLICAS. REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DE DEVERES, PROIBIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS SERVIDORES PÚBLICOS, COM A CONSEQUENTE SANÇÃO ADMINISTRATIVA E PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO. INTERFERÊNCIA INDEVIDA NO ESTATUTO JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. VIOLAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESERVADA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. DESCUMPRIMENTO DOS ARTS. 2º E 61, §1º, II, "C", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE PARA DECLARAR A INCONSTITUCIONALIDADE DO ATO NORMATIVO ESTADUAL. 1. Da análise da legislação contestada, verifica-se que, não obstante seu objeto inicial seja a disciplina de vedação do assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas, em verdade, versa sobre questões atinentes ao campo do estatuto dos servidores públicos, na medida em que regulamenta deveres, proibições e responsabilidades dos servidores públicos. 2. As prescrições da legislação paulista para além da classificação das condutas classificadas como vedadas, por versarem comportamento de assédio moral (arts. 1º e 2º), impõem sanção aos atos praticados resultantes do assédio com a pena de nulidade de pleno direito (art. 3º). Ademais, são fixadas disposições sobre sanções administrativas (como advertência, suspensão e demissão, art. 4º) e os procedimentos de apuração e do exercício do direito de defesa do servidor acusado. Regras jurídicas que justificam o enquadramento da lei no campo material do estatuto de servidores públicos. 3. A organização da relação estatutária dos servidores públicos é atribuição reservada do Poder Executivo, não competindo a outro Poder interferência indevida no espaço decisório acerca dos comandos da administração pública. Violação do art. 61, §1º, "c" e do art. 2º da Constituição Federal. Competência legislativa reservada ao Chefe do Poder Executivo. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. 4. Ação direta de inconstitucionalidade



ESTADO DA PARAÍBA

procedente. (ADI 3980, Relator(a): ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 29/11/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-282 DIVULG 17-12-2019 PUBLIC 18-12-2019).
Grifei.

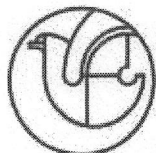
É salutar destacar que a eventual sanção de Projeto de Lei no qual se tenha constatado vício de iniciativa não seria apta a convalidar a inconstitucionalidade, conforme se infere do posicionamento firmado no Supremo Tribunal Federal:

“A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina. Precedentes.” (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.) No mesmo sentido: ADI 2.305, Rel. Min. Cezar Peluso, julgamento em 30-6-2011, Plenário, DJE de 5-8-2011; AI 348.800, Rel. Min. Celso de Mello, decisão monocrática, julgamento em 5-10-2009, DJE de 20-10-2009; ADI 2.113, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 4-3-2009, Plenário, DJE de 21-8-2009; ADI 1.963-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 18-3-1999, Plenário, DJ de 7-5-1999; ADI 1.070, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 29-3-2001, Plenário, DJ de 25-5-2001. (Grifo nosso)

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei nº 796/2019, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

João Pessoa, 27 de abril de 2021.

JOÃO AZEVÊDO LINS FILHO
Governador



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DA PARAÍBA

Certifico, para os devidos fins, que este
PROJETO DE LEI FOI VETADO
e publicado no D.O.E. nesta data
28/04/2021
Orta. duca 5a
Gerência Executiva de Registro de Atos e
Legislação da Casa Civil do Governador

CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AUTÓGRAFO Nº 720/2021
PROJETO DE LEI Nº 796/2019
AUTORIA: DEPUTADO TOVAR CORREIA LIMA

VETO

João Pessoa,

João Azevêdo Lins Filho
Governador

Altera dispositivos da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009, que autoriza o afastamento de servidora pública que possua filho(a) portador(a) de deficiência e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º A ementa da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“Autoriza o afastamento de servidores públicos que sejam genitores, detentores da guarda ou responsáveis por pessoas com deficiência e dá outras providências.”

Art. 2º O *caput* do art. 1º da Lei nº 8.996, de 22 de dezembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Os servidores públicos que sejam genitores, detentores da guarda ou responsáveis por pessoa com deficiência que lhe torne incapaz, terão sua carga horária de trabalho reduzida em 50% (cinquenta por cento), sem redução ou prejuízo nos seus vencimentos ou perda de gratificações.”

Art. 3º O parágrafo único do art. 1º fica renumerado como § 1º e passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º Para Fins do disposto no *caput* do art. 1º deverão receber tratamento da presente lei, genitores, guardiões ou responsáveis por pessoas com deficiências classificadas como Síndrome de Down, Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade e Doenças Raras, que requeiram atenção especial e permanente ou estejam em tratamento educacional ou terapêutico.”

Art. 4º Fica acrescido o § 2º ao art. 1º, que terá a seguinte redação:

“§ 2º Nas hipóteses em que ambos os genitores, guardiões ou responsáveis por pessoas com deficiência sejam servidores, os benefícios previstos no caput e no parágrafo antecedente não serão concedidos simultaneamente a mais de um servidor, salvo a existência de mais de uma pessoa na condição que trata o caput do art. 1º desta Lei, ou outra necessidade extraordinária devidamente comprovada na apresentação do requerimento a que se refere o art. 2º.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 7.147/2002 e as demais disposições em contrário.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Eptácio Pessoa”,
João Pessoa, 05 de abril de 2021.


ADRIANO GALDINO
Presidente